competentes formalidades, e não podiam portanto motivar fundamento para retirar o direito de colocação do interessado;

Considerando que o assunto foi resolvido em Conselho de Ministros, de harmonia com o disposto no artigo 46.º do decreto-lei n.º 26:115, de 23 de Novembro de 1935, pela forma do despacho seguinte:

Tendo-se verificado a vaga e feito a proposta para nomeação do interessado dentro do prazo estabelecido no artigo 8.º, § 1.º, do decreto-lei n.º 26:115, só se não chegando a completar as formalidades legais por motivos estranhos à vontade do nomeando e da Direcção Geral, deve ser mantida a nomeação. Em Conselho de Ministros de 21 de Junho de 1937.

Nos termos do artigo 26.º do decreto n.º 22:257, de 25 de Fevereiro de 1933;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 4.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. É mantida a colocação do delegado de saúde efectivo, adido, Dr. Angelo Barbedo Soares, por portaria de 15 de Janeiro do corrente ano, na vaga do delegado de saúde efectivo do quadro do pessoal técnico da Inspeção de Saúde do Porto, resultante da nomeação do delegado de saúde efectivo Dr. Eduardo da Silva Tôrres para o lugar de inspector de saúde da mesma cidade, por portaria de 11 de Fevereiro de 1936.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 2 de Agosto de 1937. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Betten-court — Joaquim José de Andrade e Silva Abranches — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — Pedro Teotónio Pereira — Rafael da Silva Neves Duque.

3.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

De harmonia com as disposições do artigo 7.º do decreto-lei n.º 25:299, de 6 de Maio de 1935, se publica que S. Ex.ª o Ministro do Interior, por seu despacho de ontem, autorizou, nos termos do § 2.º do artigo 17.º do decreto n.º 16:670, de 27 de Março de 1929, a transferência da quantia de 15.000\$ do n.º 1) para o n.º 2) do artigo 49.º, capítulo 3.º, do orçamento do Ministério do Interior para o corrente ano económico.

3.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, 28 de Julho de 1937. — O Chefe da Repartição, Manuel Miranda.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção Geral da Justiça

Decreto-lei n.º 27:915

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Os chefes de secretaria das câmaras municipais são obrigados a enviar às respectivas conservatórias do registo predial no prazo de vinte dias, a contar

da deliberação, nota autêntica das mudanças de denominação das vias públicas ou de numeração policial.

Art. 2.º Sempre que nas conservatórias do registo predial dêem entrada, em virtude de apresentação das partes ou por comunicação oficial, documentos comprovativos de mudança de numeração policial ou de denominação das vias públicas, serão êsses documentos arquivados em maço próprio, e, à medida que lhe fôr requerido ou tiver de fazer qualquer acto de registo em relação a prédios a que a mudança diga respeito, o conservador, com base nesses documentos, lançará os averbamentos às respectivas descrições, sem direito a quaisquer emolumentos.

§ único. Os requerimentos em que apenas sejam pedidos os averbamentos a que êste artigo se refere poderão ser feitos em papel sem sêlo.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 2 de Agosto de 1937. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Betten-court — Joaquim José de Andrade e Silva Abranches — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — Pedro Teotónio Pereira — Rafael da Silva Neves Duque.

MINISTÉRIO DA GUERRA

5.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Em virtude do preceituado no artigo 7.º do decreto-lei n.º 25:299, de 6 de Maio de 1935, declara-se, para os devidos efeitos, que S. Ex.ª o Sub-Secretário de Estado da Guerra autorizou, por seu despacho da presente data, nos termos do § 2.º do artigo 17.º do decreto-lei n.º 16:670, de 27 de Março de 1929, as transferências no orçamento do Ministério da Guerra em vigor no actual ano económico a seguir mencionadas:

CAPÍTULO 8.º

Serviços de Infantaria

Pessoal da Arma de Infantaria

Artigo 148.º — Remunerações certas ao pessoal em exercício:

Da verba do n.º 2) «Pessoal de nomeação vitalícia além dos quadros» para a verba do n.º 1)
«Pessoal dos quadros aprovados por lei» . . . 400.000\$00

CAPÍTULO 10.º

Serviços de Cavalaria

Pessoal da Arma de Cavalaria

Artigo 239.º — Remunerações certas ao pessoal em exercício:

Da verba do n.º 2) «Pessoal de nomeação vitalícia além dos quadros» para a verba do n.º 1)
«Pessoal dos quadros aprovados por lei» . . . 200.000\$00

CAPÍTULO 11.º

Serviços de Engenharia

Pessoal da Arma de Engenharia

Artigo 265.º — Remunerações certas ao pessoal em exercício:

Da verba do n.º 2) «Pessoal de nomeação vitalícia além dos quadros» para a verba do n.º 1)
«Pessoal dos quadros aprovados por lei» . . . 30.000\$00

CAPÍTULO 14.º

Serviços de Veterinária Militar

Pessoal do Serviço Veterinário

Artigo 398.º — Remunerações certas ao pessoal em exercício :

Da verba do n.º 2) «Pessoal de nomeação vitalícia além dos quadros» para a verba do n.º 1) «Pessoal dos quadros aprovados por lei» . . . 30.000\$00

CAPÍTULO 15.º

Serviços de Administração Militar

Pessoal do Serviço de Administração Militar

Artigo 412.º — Remunerações certas ao pessoal em exercício :

Da verba do n.º 2) «Pessoal de nomeação vitalícia além dos quadros» para a verba do n.º 1) «Pessoal dos quadros aprovados por lei» . . . 200.000\$00

CAPÍTULO 16.º

Quadro dos Serviços Auxiliares do Exército, Picadores Militares, Chefes de Bandas de Música e Praças de Pré do Serviço Especial do Exército.

Quadro dos Serviços Auxiliares do Exército

Artigo 446.º — Remunerações certas ao pessoal em exercício :

Da verba do n.º 2) «Pessoal de nomeação vitalícia além dos quadros» para a verba do n.º 1) «Pessoal dos quadros aprovados por lei» . . . 30.000\$00

Praças de Pré do Serviço Especial do Exército

Artigo 458.º — Remunerações certas ao pessoal em exercício :

Da verba do n.º 2) «Pessoal de nomeação vitalícia além dos quadros» para a verba do n.º 1) «Pessoal dos quadros aprovados por lei» . . . 300.000\$00

5.º Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, 29 de Julho de 1937. — O Chefe da Repartição, *Idefonso Ortigão Peres*.

MINISTÉRIO DA MARINHA

6.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 27:916

Com fundamento nas disposições do § 1.º do artigo 17.º do decreto n.º 16:670, de 27 de Março de 1929, e no artigo 37.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. É transferida a quantia de 37.775\$ da verba de 80.000\$ inscrita no orçamento do Ministério da Marinha para o corrente ano económico, no capítulo 4.º «Superintendência dos Serviços da Armada — Cordoaria Nacional», artigo 92.º «Aquisições de utilização permanente», n.º 1) «Aquisição de móveis», alínea a) «Máquinas, ferramentas e sobressalentes», a fim de ser reforçada com igual quantia a verba de 750.000\$ inscrita nos mesmos capítulo e orçamento, artigo 94.º «Material de consumo corrente», n.º 1) «Matérias primas e produtos acabados ou meio acabados para usos industriais, etc.».

Este decreto foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública, nos termos da parte final do artigo 37.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 2 de Agosto de 1937. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Manuel Ortins de Bettencourt*.

Decreto n.º 27:917

Com fundamento nas disposições do artigo 3.º do decreto-lei n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, e mediante proposta aprovada pelo Ministro das Finanças, nos termos do mesmo artigo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. É autorizada a 6.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública a mandar satisfazer, em conta da verba de 300.000\$ inscrita no artigo 283.º «Despesas de anos económicos findos», capítulo 9.º, do orçamento do Ministério da Marinha para o corrente ano económico, a quantia de 3.893\$40, respeitante a diversos abonos, relativos ao ano económico de 1936, que ficaram em dívida a pessoal militar e civil dependente do referido Ministério.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 2 de Agosto de 1937. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Mário Pais de Sousa* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Manuel Ortins de Bettencourt* — *Joaquim José de Andrade e Silva Abranches* — *Francisco José Vieira Machado* — *António Faria Carneiro Pacheco* — *Pedro Teotónio Pereira* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Direcção Geral do Ensino Primário

Portaria n.º 8:766

Considerando que as provas para os regentes dos postos escolares, abrangidos pelas disposições do artigo 3.º, §§ 2.º e 3.º, do decreto-lei n.º 27:279, de 24 de Novembro de 1936, foram reguladas pela portaria n.º 8:731, de 4 de Junho último;

Considerando que as provas a prestar pelos candidatos a regentes dos postos escolares devem ser feitas também de harmonia com o disposto na referida portaria n.º 8:731; e

Considerando que não é possível durante as férias a prestação da prova de aptidão pedagógica exigida pela base VIII da mesma portaria;

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Educação Nacional, que a data do início da prestação das provas a que devem ser submetidos os candidatos a regentes dos postos escolares, estabelecida pelo § 1.º do artigo 5.º do decreto n.º 25:797, de 28 de Agosto de 1935, seja transferida para o dia 6 de Outubro do corrente ano.

Ministério da Educação Nacional, 28 de Julho de 1937. — O Ministro da Educação Nacional, *António Faria Carneiro Pacheco*.